

A JUSTIÇA DO AMANHÃ

Museu do Amanhã – Rio de Janeiro

Parte I

Senhoras e senhores,

Aceitei com grande alegria o convite para abrir este seminário sobre *A Justiça do Amanhã*.

E o fiz por duas razões muito simples.

A primeira está no próprio título deste encontro.

Quando falamos em Justiça, falamos de um ideal. Quando falamos em amanhã, falamos de um horizonte. E quando reunimos essas duas palavras — Justiça e amanhã — surge uma pergunta inevitável: que Justiça desejamos construir para aqueles que virão depois de nós?

Há algo de profundamente humano nessa pergunta.

Talvez porque a Justiça seja uma das poucas construções coletivas que nunca consideramos concluídas. Cada geração recebe um legado, corrige imperfeições, amplia direitos, enfrenta novos desafios e, ao final, entrega às gerações seguintes uma obra ainda inacabada.

A Justiça é assim.

Não é um ponto de chegada.

É uma direção.

Caminhamos em sua busca sabendo que ela jamais será plenamente alcançada. E talvez seja precisamente essa busca permanente que lhe dê sentido.

A segunda razão para aceitar este convite é o lugar extraordinário em que estamos.

O Museu do Amanhã.

Sempre me chamou a atenção a beleza dessa expressão.

Museus, em geral, preservam memórias. Guardam aquilo que fomos. São espaços dedicados ao passado.

Mas este museu nos convida a olhar para frente.

Seu nome encerra um paradoxo inspirador: um museu voltado ao futuro.

E talvez essa seja uma das lições mais importantes que podemos aprender aqui.

O futuro não é um destino.

O futuro é uma construção.

Ele começa hoje.

Costumo dizer à equipe que me acompanha no Supremo Tribunal Federal e no Conselho Nacional de Justiça que há uma expressão latina que traduz bem a atitude necessária diante dos desafios do nosso tempo: *festina lente*.

Apressa-te lentamente.

Parece contraditório.

Mas não é.

Significa agir com urgência sem abrir mão da prudência. Avançar sem precipitação. Ter consciência de que algumas tarefas não podem esperar, mas também de que nenhuma transformação duradoura nasce da pressa desordenada.

De certo modo, é exatamente isso que este Museu nos ensina.

O amanhã não é uma fuga do presente.

O amanhã é uma responsabilidade do presente.

O Museu do Amanhã nos lembra de algo essencial: o futuro não é uma realidade que nos espera. É uma realidade que construímos.

E, se isso é verdade para a sociedade em geral, é ainda mais verdadeiro quando pensamos na Justiça.

Quando falamos da Justiça do amanhã, não estamos falando de uma abstração. Não estamos falando de um conceito distante, reservado aos livros ou às teorias.

Estamos falando das escolhas que fazemos hoje.

Estamos falando das instituições que fortalecemos ou enfraquecemos.

Das tecnologias que decidimos utilizar.

Dos direitos que protegemos.

Dos valores que escolhemos transmitir.

Estamos falando, em suma, do mundo que deixaremos para os filhos dos filhos de nossos filhos.

Essa perspectiva me faz recordar um dos mais conhecidos poemas de Bertolt Brecht, escrito em tempos sombrios da história humana.

Dirigindo-se às gerações futuras, ele escreveu palavras que atravessaram o século XX e permanecem atuais. Ao final do poema, pede que aqueles que viessem depois se lembrassem de sua geração com indulgência.

Sempre me impressionou essa passagem.

Porque ela contém uma espécie de humildade histórica.

A consciência de que cada geração enfrenta desafios próprios, limitações próprias, contradições próprias.

Mas contém também uma responsabilidade.

A responsabilidade de preparar o terreno.

Talvez não para a perfeição.

Mas para um mundo um pouco mais justo.

Um mundo um pouco mais humano.

E isso me leva a uma pergunta que considero central para esta manhã.

Seremos capazes de preparar esse terreno?

Seremos capazes de deixar para aqueles que virão depois de nós instituições mais sólidas, relações mais humanas e uma compreensão mais ampla da própria ideia de Justiça?

A pergunta é especialmente desafiadora porque vivemos um tempo marcado por paradoxos.

Nunca tivemos tanto acesso à informação.

E, ao mesmo tempo, tantas dificuldades para compreender.

Nunca estivemos tão conectados.

E, paradoxalmente, tantas vezes tão distantes uns dos outros.

Nunca dispusemos de instrumentos tecnológicos tão poderosos.

E nunca fomos tão chamados a refletir sobre aquilo que nos torna genuinamente humanos.

É por isso que gostaria de propor uma ideia simples para orientar esta reflexão.

Uma ideia que considero particularmente importante para pensar a Justiça do amanhã.

A ideia da fraternidade.

Se tivesse de resumir em uma única palavra aquilo que imagino como fundamento ético da Justiça do futuro, provavelmente escolheria essa palavra.

Fraternidade.

Uma palavra antiga.

Às vezes esquecida.

Mas profundamente necessária.

E é a partir dela que gostaria de refletir sobre dois grandes desafios do nosso tempo.

O primeiro deles é a revolução tecnológica, especialmente a inteligência artificial e a transformação digital.

O segundo é a emergência climática, que talvez represente a maior questão intergeracional já enfrentada pela humanidade.

Antes, porém, precisamos compreender melhor o significado dessa fraternidade de que estamos falando.

Porque ela não é apenas um valor moral.

Ela é também um valor constitucional.

E talvez seja uma das chaves mais importantes para compreender a Justiça que desejamos construir.

A Justiça como fraternidade

Permitam-me começar por uma reflexão sobre a própria ideia de Justiça.

Há séculos, a humanidade representa a Justiça por meio de uma imagem que todos conhecemos: uma figura de olhos vendados, segurando uma balança e, muitas vezes, uma espada.

É uma imagem poderosa.

A venda simboliza a imparcialidade.

A balança, o equilíbrio.

A espada, a força legítima do Direito.

E nada disso perdeu importância.

Uma sociedade livre não pode abrir mão da imparcialidade.

Uma democracia não pode prescindir da autoridade da lei.

Um sistema de Justiça não pode funcionar sem decisões que sejam respeitadas e cumpridas.

Mas talvez possamos nos perguntar se essa imagem tradicional é suficiente para representar os desafios do século XXI.

Talvez a Justiça de que necessitamos para o futuro exija algo mais.

Talvez, além da venda, precisemos dos olhos abertos.

Olhos abertos para enxergar realidades complexas.

Para compreender vulnerabilidades.

Para perceber aquilo que os números, os autos e as estatísticas nem sempre conseguem revelar.

Talvez, além da espada, precisemos também da mão estendida.

Não para substituir a autoridade pela complacência.

Mas para recordar que a finalidade última da Justiça não é ampliar conflitos.

É resolvê-los.

Não é aprofundar rupturas.

É reconstruir possibilidades de convivência.

A Justiça continua sendo chamada a decidir.

Continua sendo chamada a impor limites.

Continua sendo chamada a proteger a sociedade.

Mas ela também é chamada a compreender.

A escutar.

A reconhecer a humanidade daqueles que comparecem diante dela.

E é aqui que surge uma ideia que considero particularmente importante.

A maneira como enxergamos o outro.

Porque, no fundo, toda teoria da Justiça é também uma teoria sobre o outro.

Sobre quem é o outro.

Sobre como nos relacionamos com ele.

Sobre se o percebemos como ameaça ou como possibilidade.

Há uma curiosidade linguística que sempre me chamou atenção.

Na origem de algumas palavras da tradição europeia, encontramos uma mesma raiz que deu origem a dois caminhos distintos.

De um lado, a hospitalidade.

De outro, a hostilidade.

É uma coincidência apenas aparente.

Porque ela revela algo profundamente humano.

Diante do diferente, diante do desconhecido, diante daquele que não pertence ao nosso círculo imediato, somos frequentemente colocados diante de uma escolha.

Acolher.

Ou rejeitar.

Construir pontes.

Ou levantar muros.

Reconhecer humanidade.

Ou enxergar apenas ameaça.

O filósofo Jacques Derrida observou essa tensão com extraordinária sensibilidade.

Ele recordava que toda hospitalidade carrega consigo algum grau de risco.

Receber alguém é sempre abrir espaço para o imprevisível.

Nenhuma hospitalidade é completamente livre de tensão.

Mas é justamente aí que reside sua grandeza.

Porque acolher é um ato de confiança.

E toda convivência humana depende, em alguma medida, dessa confiança.

Naturalmente, isso não significa ignorar os conflitos.

Não significa fechar os olhos para a violência.

Não significa relativizar a responsabilidade por atos ilícitos.

Seria ingenuidade fazê-lo.

A sociedade precisa de proteção.

As vítimas precisam de reconhecimento.

A ordem jurídica precisa de efetividade.

Mas a questão decisiva é outra.

Como respondemos aos conflitos?

Como respondemos à violência?

Como respondemos às rupturas que inevitavelmente surgem na vida coletiva?

Respondemos reproduzindo a lógica da exclusão?

Ou respondemos buscando interromper os ciclos que produzem novas exclusões?

Essa é, para mim, uma das perguntas fundamentais da Justiça do amanhã.

E é aqui que a fraternidade assume papel central.

Frequentemente falamos de liberdade.

Frequentemente falamos de igualdade.

Mas falamos menos da fraternidade.

E, no entanto, ela continua presente.

Está inscrita em nossa tradição constitucional.

Está presente no ideal de uma sociedade livre, justa e solidária.

Está presente na convicção de que ninguém pode ser reduzido a um número, a um processo ou a uma estatística.

A fraternidade é aquilo que impede que a igualdade se transforme em abstração.

E que a liberdade se converta em privilégio.

Ela recorda que toda pessoa possui valor próprio.

Que toda pessoa merece ser vista.

Que toda pessoa merece ser ouvida.

Que toda pessoa merece ser reconhecida em sua dignidade.

Talvez seja exatamente essa a tarefa mais importante da Justiça do amanhã.

Reconhecer humanidade.

Mesmo quando julga.

Mesmo quando pune.

Mesmo quando impõe limites.

Especialmente nesses momentos.

Porque a autoridade da Justiça não nasce apenas da força das decisões.

Ela nasce também da confiança que a sociedade deposita em suas instituições.

E essa confiança depende da percepção de que existe, por trás da norma, um compromisso genuíno com a dignidade humana.

Em tempos de polarização, de fragmentação do debate público e de crescente desconfiança institucional, essa talvez seja uma das maiores responsabilidades do sistema de Justiça.

Demonstrar, todos os dias, que a firmeza pode caminhar ao lado da humanidade.

Que a autoridade pode conviver com a escuta.

E que a imparcialidade não exige indiferença.

Exige apenas compromisso com a igual dignidade de todas as pessoas.

É a partir dessa compreensão da fraternidade que gostaria de examinar os dois grandes desafios que anunciei.

O primeiro deles é a tecnologia.

O segundo, a emergência climática.

São temas distintos.

Mas ambos nos colocam diante da mesma pergunta:

como preservar aquilo que há de mais humano em nossa experiência coletiva enquanto construímos a Justiça do futuro?

Parte II

Tecnologia, informação e experiência humana

Permitam-me começar este primeiro eixo com uma constatação simples.

Nunca tivemos acesso a tanta informação.

E, paradoxalmente, talvez nunca tenhamos sentido tanta dificuldade para transformar informação em compreensão.

Vivemos cercados por dados, notificações, mensagens, imagens e estímulos. A cada instante somos convocados a reagir, a opinar, a compartilhar, a produzir. Tudo parece urgente. Tudo parece imediato.

Mas nem tudo aquilo que nos alcança realmente nos toca.

Nem tudo aquilo que sabemos realmente nos transforma.

Por isso, gostaria de trazer para esta reflexão uma ideia que considero especialmente importante para pensar a Justiça do amanhã.

A ideia da experiência.

O pensador espanhol Jorge Larrosa Bondía formulou uma distinção que me parece particularmente iluminadora. Ele dizia que experiência não é aquilo que acontece. Experiência é aquilo que nos acontece.

A diferença parece pequena.

Mas é profunda.

Milhares de fatos acontecem diante de nós todos os dias.

Recebemos informações sem cessar.

Passamos de uma notícia para outra.

De uma imagem para outra.

De um tema para outro.

Entretanto, apenas algumas dessas vivências se transformam verdadeiramente em experiência.

Porque a experiência exige tempo.

Exige reflexão.

Exige escuta.

Exige silêncio.

Exige interioridade.

Exige a capacidade de permitir que algo encontre lugar dentro de nós.

Talvez um dos grandes desafios do nosso tempo seja justamente preservar essa capacidade.

Faço essa observação porque ela possui consequências diretas para o futuro da Justiça.

Quando pensamos na revolução tecnológica em curso, especialmente no avanço da inteligência artificial, somos frequentemente levados a imaginar uma competição entre seres humanos e máquinas.

Não creio que essa seja a melhor forma de compreender o problema.

No campo do processamento de informações, a disputa já está decidida.

Os sistemas de inteligência artificial conseguem acessar, organizar e correlacionar informações em escala incomparavelmente superior à capacidade humana.

E continuarão avançando.

Não há razão para negar essa realidade.

Ao contrário.

Devemos acolhê-la com inteligência, prudência e responsabilidade.

A tecnologia pode representar uma extraordinária aliada da Justiça.

Pode reduzir burocracias.

Pode acelerar procedimentos.

Pode auxiliar na identificação de precedentes.

Pode ampliar a eficiência administrativa.

Pode automatizar tarefas repetitivas.

Pode liberar magistradas, magistrados, servidoras e servidores para atividades que exigem reflexão mais profunda.

Tudo isso é desejável.

Tudo isso deve ser estimulado.

Mas existe uma fronteira que merece especial atenção.

A tecnologia processa informações.

A Justiça lida com experiências humanas.

E essa diferença não é trivial.

Um sistema de inteligência artificial pode identificar padrões em milhões de decisões judiciais.

Pode reconhecer tendências.

Pode sugerir soluções.

Pode encontrar conexões invisíveis ao olhar humano.

Mas não pode experimentar o encontro humano.

Não pode compartilhar sofrimento.

Não pode compreender o silêncio de quem chega fragilizado diante de uma instituição.

Não pode sentir o peso moral da responsabilidade de decidir sobre a vida de outra pessoa.

Há algo na experiência do julgamento que permanece profundamente humano.

Quando uma vítima encontra coragem para narrar uma violência sofrida.

Quando uma família deposita suas expectativas em uma decisão judicial.

Quando alguém busca proteção para um direito ameaçado.

Quando uma criança, um adolescente ou uma pessoa idosa comparece diante da Justiça esperando ser ouvida.

Nesses momentos, não estamos apenas diante de informações.

Estamos diante de vidas.

E a Justiça do amanhã não poderá esquecer essa distinção.

Quanto mais avançarmos tecnologicamente, mais importante será preservar aquilo que nenhuma tecnologia consegue reproduzir plenamente.

A prudência.

A empatia.

A responsabilidade moral.

A capacidade de discernimento.

A sensibilidade diante da singularidade de cada caso.

É precisamente por isso que tenho insistido na necessidade de uma reflexão ética sobre a inteligência artificial.

A questão central não é saber se a utilizaremos.

A questão central é como a utilizaremos.

Com quais limites.

Com quais salvaguardas.

Com quais compromissos.

A inovação tecnológica deve servir à dignidade humana.

Jamais o contrário.

Mas a tecnologia impõe outros desafios igualmente relevantes.

Um deles diz respeito à própria formação da opinião pública.

Vivemos em um ambiente no qual a velocidade da circulação da informação frequentemente supera a velocidade da reflexão.

Questões complexas são condensadas em poucos segundos.

Debates delicados são reduzidos a slogans.

Processos longos e sofisticados são resumidos em manchetes instantâneas.

Decisões que resultam de meses ou anos de instrução processual são frequentemente avaliadas em poucos instantes.

Naturalmente, a democratização da informação é uma conquista valiosa.

Mas também produz riscos.

O principal deles talvez seja a erosão da capacidade coletiva de compreender a complexidade.

Nenhuma democracia madura pode prescindir do debate público informado.

E nenhum debate público permanece saudável quando a desinformação, a manipulação e os mecanismos algorítmicos de amplificação passam a ocupar o centro da esfera pública.

Não existe solução simples para esse desafio.

Nem acredito em soluções fáceis para questões dessa magnitude.

O enfrentamento desse problema exige um esforço compartilhado.

Exige responsabilidade das plataformas digitais.

Exige ação legislativa.

Exige compromisso da imprensa.

Exige participação da academia.

Exige envolvimento da sociedade civil.

E exige também atenção permanente do Poder Judiciário na proteção dos direitos fundamentais envolvidos.

Porque estamos diante de valores igualmente preciosos.

De um lado, a liberdade de expressão.

De outro, a integridade do debate público.

A tarefa consiste precisamente em proteger ambos.

Sem sacrificar um em nome do outro.

Há ainda uma dimensão desse debate que merece destaque.

O letramento digital.

Talvez estejamos diante de uma nova forma de desigualdade.

Durante muito tempo discutimos o acesso à informação.

Hoje precisamos discutir também a capacidade de compreender criticamente a informação.

Num mundo em que grande parte da vida pública se desenvolve em ambientes digitais, a cidadania depende cada vez mais da capacidade de distinguir fatos de manipulações.

Informação de propaganda.

Divergência legítima de campanhas coordenadas de desinformação.

Essa é uma agenda democrática.

Mas é também uma agenda de acesso à Justiça.

Por fim, não posso deixar de mencionar a questão da privacidade e da proteção de dados pessoais.

Durante séculos, a exposição era exceção.

A privacidade era a regra.

Hoje, em muitos aspectos, essa relação se inverteu.

As novas gerações crescem em um ambiente em que dados, imagens, hábitos e preferências circulam permanentemente.

Muitas vezes sem plena consciência dos próprios titulares dessas informações.

Por isso, proteger a dignidade humana no século XXI significa também proteger a integridade dos dados pessoais.

Significa reconhecer que a liberdade, a autonomia e a privacidade passaram a possuir uma dimensão digital incontornável.

A Justiça do amanhã deverá estar preparada para compreender essa realidade.

Mas deverá fazê-lo sem perder de vista aquilo que constitui sua missão essencial.

Utilizar a tecnologia para servir às pessoas.

Nunca utilizar as pessoas para servir à tecnologia.

E é justamente essa mesma preocupação com o futuro da vida humana que nos conduz ao segundo grande eixo desta reflexão.

A emergência climática.

Segundo eixo: a emergência climática e a necessidade de novas lentes

Se a tecnologia nos desafia a preservar a humanidade em meio à inovação, a emergência climática nos desafia a preservar as condições de possibilidade da própria vida.

Estamos habituados a pensar a crise climática em números.

Temperaturas médias.

Índices de emissão.

Percentuais de desmatamento.

Metas internacionais.

Tudo isso é importante.

Mas talvez exista um risco nessa abordagem exclusivamente técnica.

O risco de esquecermos que, por trás de cada indicador, existem pessoas, comunidades, territórios e formas de vida concretas.

Existe uma frase do pensador indígena brasileiro Ailton Krenak que sempre me impressionou:

“A vida não é útil.”

À primeira vista, a frase parece estranha.

Fomos educados para pensar quase tudo em termos de utilidade.

O que produz.

O que rende.

O que gera resultado.

O que agrega valor.

Mas Krenak nos convida a inverter a perspectiva.

A vida não existe para servir a alguma finalidade exterior.

Ela possui valor em si mesma.

E talvez uma das grandes dificuldades de nossa civilização tenha sido justamente esquecer essa verdade elementar.

Durante séculos, construímos uma compreensão do mundo baseada numa separação rígida entre humanidade e natureza.

De um lado, os seres humanos.

De outro, aquilo que chamamos de recursos naturais.

A própria expressão é reveladora.

Recursos.

Algo destinado ao uso.

Algo disponível para exploração.

Algo cujo valor se mede por sua utilidade.

Essa visão produziu avanços extraordinários.

Mas também produziu desequilíbrios profundos.

Hoje sabemos que não estamos fora da natureza.

Somos parte dela.

Dependemos dela.

Compartilhamos com ela um destino comum.

A crise climática é, portanto, muito mais do que um problema ambiental.

Ela é um desafio ético.

Um desafio político.

Um desafio econômico.

E também um desafio jurídico.

Os tribunais do mundo inteiro já começam a experimentar essa transformação.

Questões climáticas chegam diariamente aos sistemas de Justiça.

Discussões sobre responsabilidade ambiental.

Proteção de biomas.

Direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Eventos climáticos extremos.

Racismo ambiental.

Proteção das futuras gerações.

Responsabilidade de empresas e de Estados.

Tudo isso já integra, de forma crescente, a agenda jurídica contemporânea.

E integrará ainda mais intensamente a agenda da Justiça do amanhã.

A Justiça do futuro precisará aprender a olhar mais longe.

Precisará aprender a enxergar não apenas os conflitos do presente, mas também as consequências futuras das decisões tomadas hoje.

Porque o amanhã começa agora.

E porque aquilo que decidimos hoje poderá repercutir por décadas.

Talvez por séculos.

A emergência climática nos obriga a pensar em escalas de tempo que desafiam nossa própria imaginação.

E nos recorda que a responsabilidade também pode ser uma forma de solidariedade entre gerações.

Parte III

Qual Justiça do amanhã?

Chego, então, à pergunta que inspirou este encontro.

Qual Justiça desejamos construir para o amanhã?

Naturalmente, não existe uma resposta única.

Nem poderia existir.

Cada geração acrescenta novas perguntas à história da Justiça.

Cada tempo apresenta desafios próprios.

Cada sociedade enfrenta suas circunstâncias particulares.

Mas permitam-me reunir alguns dos fios que percorrem esta reflexão.

Procurei sustentar que a Justiça do amanhã deverá ser, antes de tudo, uma Justiça da fraternidade.

Uma Justiça firme sem ser indiferente.

Uma Justiça humana sem ser ingênua.

Uma Justiça capaz de proteger direitos sem perder a capacidade de escutar.

Uma Justiça que compreenda que autoridade e humanidade não são valores incompatíveis.

Ao contrário.

Fortalecem-se mutuamente.

Ao longo desta exposição, procurei sugerir que talvez a imagem tradicional da Justiça — tão importante para nossa cultura jurídica — precise ser complementada por uma nova sensibilidade.

A imparcialidade continua indispensável.

A autoridade da lei continua indispensável.

A força normativa das decisões continua indispensável.

Mas talvez seja igualmente indispensável cultivar a escuta.

A compreensão.

A capacidade de enxergar a pessoa que existe por trás do processo.

A vida concreta que existe por trás do conflito.

A dignidade que existe por trás de cada demanda submetida ao sistema de Justiça.

Procurei também refletir sobre a revolução tecnológica.

Vivemos um momento extraordinário da história humana.

Ferramentas que até recentemente pertenciam ao domínio da ficção científica passaram a integrar nosso cotidiano.

A inteligência artificial transformará profundamente a forma como trabalhamos, aprendemos, produzimos conhecimento e administramos instituições.

O Poder Judiciário não ficará à margem dessa transformação.

Nem deve ficar.

A inovação sempre acompanhou a trajetória humana.

E seria um equívoco imaginar que a Justiça do futuro possa ser construída pela recusa do novo.

Mas a tecnologia precisa permanecer subordinada à dignidade humana.

Ela deve ampliar capacidades.

Não substituir responsabilidades.

Deve auxiliar decisões.

Não eliminar o juízo humano.

Deve fortalecer direitos.

Não enfraquecê-los.

Deve aproximar pessoas.

Não convertê-las em meros dados.

O grande desafio não será tecnológico.

Será ético.

Porque toda tecnologia é, em última análise, uma ampliação das possibilidades humanas.

E a questão decisiva permanece sendo a mesma de sempre:

o que faremos com essas possibilidades?

Que tipo de sociedade desejamos construir?

Que tipo de humanidade desejamos preservar?

Ao mesmo tempo, procurei destacar a emergência climática como uma das grandes questões de nosso tempo.

Talvez a grande questão.

Porque ela nos obriga a pensar para além dos limites habituais da experiência humana.

A considerar interesses de gerações futuras.

A reconhecer responsabilidades compartilhadas.

A compreender que a proteção da vida exige hoje uma visão mais ampla do que aquela que herdamos dos séculos anteriores.

O Direito nasceu para ordenar a convivência humana.

Mas a realidade contemporânea nos convida a ampliar nossas lentes.

A compreender que o destino humano está inseparavelmente ligado ao destino do planeta que habitamos.

A Justiça do amanhã precisará dialogar com essa nova realidade.

Precisará desenvolver categorias jurídicas adequadas aos desafios do século XXI.

Precisará enfrentar conflitos inéditos.

Precisará responder a perguntas para as quais ainda não possuímos respostas definitivas.

Mas, acima de tudo, precisará preservar algo essencial.

A capacidade de reconhecer a dignidade humana em cada caso.

Em cada conflito.

Em cada pessoa.

Porque nenhuma inovação tecnológica.

Nenhuma transformação institucional.

Nenhuma evolução normativa.

Nenhum avanço científico.

Terá verdadeiro sentido se perdermos de vista a pessoa humana.

No fundo, todos os temas que examinamos hoje — tecnologia, inteligência artificial, desinformação, privacidade, emergência climática, proteção das futuras gerações — conduzem à mesma pergunta.

Como permanecer humanos?

Como preservar a capacidade de convivência?

Como construir instituições que sejam simultaneamente eficientes e justas?

Como combinar velocidade e prudência?

Inovação e responsabilidade?

Liberdade e solidariedade?

Talvez não existam respostas definitivas.

Mas existem direções.

E a fraternidade me parece uma delas.

Não como fórmula pronta.

Não como conceito ornamental.

Mas como compromisso concreto com a dignidade do outro.

Com a responsabilidade compartilhada.

Com a consciência de que ninguém realiza plenamente sua humanidade isoladamente.

A Justiça do amanhã dependerá, em grande medida, da nossa capacidade de cultivar essa consciência.

Conclusão: o amanhã que nos orienta

Permitam-me concluir retornando ao ponto de partida.

O amanhã.

Há algo de curioso no amanhã.

Passamos a vida olhando para ele.

Planejando-o.

Imaginando-o.

Preparando-o.

E, no entanto, ele nunca chega.

Quando pensamos tê-lo alcançado, ele já se transformou novamente em futuro.

Talvez seja justamente por isso que o amanhã nos fascine.

Porque ele não é um lugar.

É um horizonte.

E horizontes existem para orientar nossos passos.

Não para serem alcançados.

Só possuímos verdadeiramente o presente.

É nele que tomamos decisões.

É nele que construímos instituições.

É nele que protegemos direitos.

É nele que educamos as novas gerações.

É nele que lançamos as sementes do mundo que virá.

Por isso, ao refletir sobre a Justiça do amanhã, estamos, na verdade, refletindo sobre nossas responsabilidades de hoje.

E gostaria de encerrar com uma pergunta muito pessoal.

Que mensagem deixaríamos para aqueles que virão depois de nós?

Para nossos filhos.

Para nossos netos.

Para nossos bisnetos.

Para pessoas que talvez jamais conheçamos, mas que herdarão as consequências das escolhas que fazemos agora.

Recordo, uma vez mais, as palavras de Bertolt Brecht.

Aquele pedido para que as gerações futuras olhassem para sua época com indulgência.

Há algo de profundamente humano nessa súplica.

Porque toda geração vive entre limitações e esperanças.

Entre erros e acertos.

Entre conquistas e insuficiências.

Talvez eu também pedisse indulgência.

Mas gostaria de acrescentar algo.

Gostaria de poder dizer às gerações futuras que procuramos fazer o melhor que podíamos.

Que nem sempre tivemos as respostas corretas.

Que enfrentamos desafios complexos.

Que cometemos erros.

Que fomos, muitas vezes, insuficientes.

Mas que buscamos preservar aquilo que julgávamos essencial.

A liberdade.

A dignidade.

A democracia.

A Justiça.

E que compreendemos, ainda que imperfeitamente, que nenhuma dessas conquistas subsiste sem uma disposição permanente para reconhecer a humanidade do outro.

Se pudesse deixar uma única mensagem para esse amanhã distante, seria esta:

cultivem a fraternidade.

Preservem a hospitalidade.

Não permitam que a hostilidade se torne o idioma dominante da vida pública.

Não permitam que o medo substitua a confiança.

Nem que a indiferença substitua a solidariedade.

Porque as instituições podem ser reconstruídas.

As leis podem ser reformadas.

As tecnologias podem ser aperfeiçoadas.

Mas uma sociedade que perde a capacidade de reconhecer a humanidade de seus semelhantes perde algo muito mais difícil de recuperar.

A Justiça do amanhã dependerá, em última análise, menos das ferramentas que teremos e mais dos valores que escolhermos preservar.

Dependerá menos das máquinas que construiremos e mais das relações que seremos capazes de sustentar.

Dependerá menos da velocidade das transformações e mais da sabedoria com que as conduziremos.

É aqui que volto, pela última vez, à expressão que mencionei no início desta fala.

Festina lente.

Apressa-te lentamente.

Avancemos.

Inovemos.

Transformemos.

Mas sem perder de vista aquilo que nos torna humanos.

Porque a verdadeira grandeza das instituições não se mede apenas por sua eficiência.

Mede-se por sua capacidade de servir às pessoas.

Porque o verdadeiro progresso não consiste apenas em ampliar o que podemos fazer.

Consiste também em aprofundar a compreensão daquilo que devemos fazer.

E porque a Justiça do amanhã, se quiser ser digna desse nome, haverá de permanecer fundada na dignidade humana, na responsabilidade compartilhada e na fraternidade.

É nela que reside a promessa mais profunda da vida em comum.

É nela que reside a esperança de uma sociedade livre, justa e solidária.

E é nela que talvez resida, também, a esperança mais duradoura da própria Justiça.

Muito obrigado.